

ARRANQUE DO ANO LETIVO 2020/2021

A crise pandémica está a manifestar-se em várias dimensões da vida social e a despoletar uma crise económica, a qual vem agravar vários problemas e criar outros. No que ao Ensino Superior diz respeito, a pandemia tem vindo a ter um impacto considerável nas suas atividades, letivas e não letivas.

Desde o período de confinamento obrigatório e a consequente adoção de metodologias de ensino à distância que se compreendeu que seria necessário um planeamento estratégico e adaptado à nova realidade, de forma a viabilizar o arranque do novo ano letivo. Estando este previsto para o final de setembro, era urgente preparar informações referentes ao modelo de ensino a adotar, à capacidade instalada das residências e cantinas afetas aos serviços de ação social e ao funcionamento de espaços de estudo e bibliotecas. Não obstante, tardaram em surgir orientações por parte da Tutela que visassem este mesmo planeamento, de forma a que os decisores de cada IES compreendessem quais os princípios em que deviam basear toda a estratégia de retoma de atividade.

Durante o período de interrupção letiva, foram várias as IES que iniciaram o planeamento da adequação da sua atividade. Cada Unidade Orgânica adequou o seu plano de contingência, respeitando as diretrizes gerais existentes, emitidas pela Direção Geral da Saúde. Foram ainda algumas as Instituições que, tendo em conta a sua autonomia, prontamente definiram que o ensino iria seguir um regime híbrido em que, através da definição de turnos, os estudantes iriam assistir às aulas presencialmente ou à distância, de forma rotativa. O modelo de ensino misto tem vindo a ser operacionalizado de forma muito heterogénea. São ainda alguns os casos em que estudantes têm, no mesmo dia, aulas presenciais e à distância, o que aumenta a insegurança percebida. Adicionalmente, existem vários casos onde o distanciamento, a ventilação e a lotação máxima das salas não estão a ser respeitados. Também o investimento em equipamento tecnológico e de apoio, necessários para responder à mudança de paradigma, foi diferente de realidade em realidade. São evidentes casos em que os equipamentos adquiridos são insuficientes para viabilizar o bom ritmo e eficiência das aulas nos novos moldes propostos.

Paralelamente, todas as atividades não letivas e demais serviços foram redesenhados de forma a garantir as condições de segurança necessárias. Infelizmente o encerramento das instalações e a ausência de receita durante os últimos meses fez com que muitos concessionários responsáveis

por diferentes serviços nos campi não tenham conseguido acompanhar a retoma. Este problema está a ser evidente ao nível de espaços de alimentação, o que se reflete numa diminuição abrupta da capacidade de resposta aos estudantes que procuram uma refeição na sua faculdade.

É de lamentar que apenas no início de agosto tenham sido emitidas recomendações às Instituições Científicas e de Ensino Superior para preparação do Ano Letivo 2020/2021 por parte da Direção Geral da Saúde e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Esta falta de planeamento prévio e concertado tem vindo a refletir-se consideravelmente na qualidade e na segurança deste regresso.

Desde a falta de informação sobre o regime de ensino a implementar, ao atraso da divulgação das colocações de alguns cursos de 2.º e 3.º ciclos. Denotou-se ainda a desconexão da comunicação entre a oferta de alojamento e aqueles que a procuram. Os esforços da Direção Geral do Ensino Superior em protocolar relações com entidades do setor privado do ramo de hotelaria e turismo são uma solução parcial, mesmo que a curto prazo, tendo em conta a redução da capacidade instalada das residências.

Por último, não só é revelado um enorme descuido no acompanhamento e na resposta às necessidades dos estudantes que agora ingressam, como também se reconhece a falta de mecanismos de controlo do abandono escolar. Com o agravamento da crise económica, serão várias as razões que farão cada estudante repensar as vantagens e mais valias de concluir o seu percurso académico. Compete a cada agente do Ensino Superior tornar-se ativo no apuramento dos motivos e pronta resposta aos mesmos.

Face ao exposto, a Federação Académica de Lisboa vem apresentar as seguintes propostas:

1. Requerer o cuidado e a antecipação na comunicação entre os agentes do Ensino Superior, bem como na sua divulgação à comunidade estudantil, de forma a operacionalizar da forma mais eficiente todos os processos de acolhimento de estudantes e acompanhamento dos mesmos no seu percurso académico.
2. Reforço da comunicação e adequação dos planos de contingência à realidade de cada Unidade Orgânica, tendo em vista uma maior consciencialização de toda a comunidade para as práticas a adotar em termos de utilização e higienização dos espaços.

3. Modernização e controlo, por parte das IES, dos mecanismos de apoio, como equipamentos tecnológicos e outros materiais necessários à implementação do ensino em regime misto, de forma a atenuar os constrangimentos que do mesmo possam resultar.
4. Procura por soluções adequadas para estudantes em situação de isolamento profilático e outros constrangimentos que impeçam a realização de momentos de avaliação presenciais, bem como a participação nas demais atividades letivas de cariz presencial.
5. Reflexão sobre a necessidade de renovar e formar os corpos docentes, de forma responsável e ponderada, estimulando o desenvolvimento de novas estratégias e metodologias pedagógicas e viabilizando a transição de processos administrativos para plataformas digitais.
6. Envidar esforços para apurar as causas e os números reais do abandono escolar, antecipando medidas que combatam a saída dos estudantes do Ensino Superior, tais como: a monitorização do absentismo nas aulas e provas de avaliação e do percurso escolar; a identificação precoce de estudantes com pagamento de propinas em atraso e a natureza do atraso. Estas responsabilidades poderão ser exercidas pelos serviços de gestão académica, sem comprometer o bom funcionamento dos mesmos.
7. Prorrogação do prazo de congelamento de matrículas, de forma a dar ao estudante tempo para a tomada de decisão consciente e informada.
8. Proceder-se à discussão alargada com os vários agentes do Ensino Superior para a elaboração de uma nova fórmula de financiamento, procurando adaptar a metodologia à realidade e às necessidades atuais das IES, e garantindo a sua transparência e objetividade.

Proponente: Federação Académica de Lisboa

Destinatários: MCTES, DGES, IES, Unidades Orgânicas; SAS; Grupos Parlamentares; Juventudes Partidárias

Lisboa, 19 de outubro de 2020